

REUNIÃO ordinária de 21 de Junho de 2007

-----Aos vinte e um dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, em Vila do Conde e no Salão Nobre dos Paços do Município, estando presentes os Excelentíssimos Senhores: Engenheiro Mário Hermenegildo Moreira de Almeida, Presidente, Doutor António José Pacheco Ferreira, Doutora Maria Elisa de Carvalho Ferraz, Engenheiro António Maria da Silva Caetano, Professor Doutor Vítor Manuel Moreira Costa, Professor Doutor José Manuel dos Santos Cruz, Doutor António Pedro Pinto Martins Brás Marques e Doutor José Afonso Carvalho Dias Ferreira, Vereadores, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Vila do Conde, tendo-se verificado a ausência do Vereador Senhor Doutor José Miguel Dias Paiva e Costa. O Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas dezasseis horas e trinta e cinco minutos.--

--Um - Período de Antes da Ordem do Dia-----

----O Vereador Senhor Professor Doutor Santos Cruz, em representação da Coligação "Sentir Vila do Conde", leu a seguinte Declaração Política: "Ontem, da parte da manhã, um grupo de três homens armados e disfarçados com perucas assaltaram a dependência da Caixa Geral de Depósitos (CGD) situada na Estrada Nacional treze, em Modivas, Vila do Conde. Esta notícia é apenas a última de uma série crescente, onde se relata o cada vez maior número de assaltos registados no nosso concelho a viaturas (especialmente através do método de carjacking) e habitações particulares. A questão deste aumento de insegurança preocupa o Partido Social Democrata e o Centro Democrático Social - Partido Popular, até porque vemos fazer muito pouco para eliminar ou, pelo menos, diminuir o problema. E este é um problema sério em Vila do Conde. Em dois mil e cinco, o Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado inquiriu os residentes na Área Metropolitana do Porto sobre diversos temas. Trinta e um vírgula um por cento dos vilacondenses acharam, então, a situação satisfatória, mas sessenta e quatro vírgula quatro já diziam que a segurança tinha diminuído. O que foi feito, desde então, para fazer inverter este receio das populações? Nada. Em Vila do Conde, falar-se da nova esquadra da Polícia de Segurança Pública provoca imediatamente sorrisos, já que se trata de uma promessa que atravessa gerações de vilacondenses. O quartel da Guarda Nacional Republicana em Modivas é outra das promessas que desperta a cada quatro anos do seu sono de décadas para marcar presença em cada acto eleitoral. Ainda nas recentes autárquicas de dois mil e cinco, o Senhor Presidente da Câmara fazia-se fotografar e anunciava a disponibilização de um novo espaço, "para perto de vinte agentes, com recepção, secretaria, duas salas

de inquérito e de instrução de processos, vários gabinetes, camaratas para o pessoal, duas celas, cozinha, bar e garagem para cinco ou seis viaturas”. Poderemos perfeitamente extrapolar que bastaria o conhecimento da presença deste posto da Guarda Nacional Republicana para que os meliantes de ontem desistissem da ideia de assaltar a agência bancária situada em Modivas. A questão do quartel da Guarda Nacional Republicana em Modivas é sintomática do que há muito temos vindo a dizer: desinteresse do Partido Socialista nacional para com Vila do Conde, e falta de peso político e influência no Governo do actual Presidente da Câmara de Vila do Conde. Relembremos que, recentemente, foi confirmado o encerramento da Urgência que foi até aplaudido pela autarquia, seguiu-se o anúncio de eventual introdução de portagens na Auto-estrada vinte e oito, a tão necessária Estação de Tratamento de Águas Residuais só será inaugurada, na melhor das hipóteses, daqui a três anos, a ponte de Retorta continua na gaveta, ed-cétera, ed-cétera. Ora, se olharmos para os últimos doze anos e meio de Governação em Portugal, veremos que o Partido Socialista esteve no Governo dez anos - oitenta por cento deste tempo. Os executivos Partido Social Democrata/Centro Democrático Social ficaram-se por vinte por cento ou dois anos e meio. Dez anos é muito tempo para a Câmara socialista de Vila do Conde reclamar e pressionar o Governo também socialista para que todos os problemas atrás referidos fossem resolvidos, assim proporcionando uma melhor qualidade de vida aos vilacondenses. Mas não foi feito. Para nós são evidentes os sinais de que algo tem de mudar em Vila do Conde e rapidamente, sob pena de além de um concelho a duas velocidades passamos a ter uma Área Metropolitana do Porto a duas velocidades: a nossa e a dos outros municípios todos.” Durante a leitura, entrou o Vereador Senhor Doutor Afonso Ferreira.....

Pelo Senhor Presidente foi posteriormente entregue, conforme deliberado, a seguinte Declaração: “Suscitou pena ouvir o Professor Santos Cruz ler o documento anterior, já que ainda não consegue esconder a dor pela derrota sofrida nas últimas eleições autárquicas, com um score superior ao que havia sucedido nas anteriores. Perante isso, devo sugerir-lhe bom senso, o que até parecia estar a verificar-se com uma clara discrição e um visível alheamento, situação que poderá levar a admitir-se não ser ele o verdadeiro mentor do “escrito”. Acresce que, como sempre, os elementos da coligação Partido Social Democrata/Partido Popular acordaram “tarde”, já que a Câmara Municipal ontem mesmo havia enviado um ofício ao Senhor Ministro da Administração Interna a alertá-lo para tão preocupante situação e a solicitar a determinação de medidas adequadas e urgentes que o caso requer. Agora,

lamentarem a “falta de peso político e influência no Governo do actual Presidente da Câmara de Vila do Conde” revela irrealismo e quererem enganar-se a si próprios! Pelo que os aconselho a perguntarem aos Presidentes de Câmaras Municipais, de Assembleias Municipais e de Juntas de Freguesia do Partido Social Democrata e do Partido Popular, que participaram no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses que decorreu nos Açores, se subscrevem essa despeitada crítica. Afinal talvez seja melhor não o fazerem, porque a resposta vai mesmo doer reticências. Mais um conselho: falar na Esquadra para a Polícia de Segurança Pública é recordar aquele ridículo “número” do ofício que o Professor Santos Cruz enviou ao então Ministro da Administração Interna e é evidenciar total ignorância sobre o papel que a Câmara Municipal teve na assinatura do protocolo para a sua concretização e na disponibilização do terreno necessário, o que aconteceu também para a construção do Posto da Guarda Nacional Republicana em Modivas. O que só ainda não aconteceu por falta de assunção de um compromisso por parte dos Governos do Partido Socialista e da coligação Partido Social Democrata/Partido Popular.....

----O Vereador Senhor Doutor Afonso Ferreira leu a seguinte “Recomendação”: - Considerando que as árvores, sendo seres vivos e como tal, nascem, vivem e morrem. - Considerando que as árvores são nos dias de hoje vítimas de múltiplas agressões, nomeadamente, através da poluição, climas e demais agentes agressivos. - Considerando a existência de muitas árvores nos arruamentos e espaços de fruição pública da cidade de Vila do Conde. - Considerando a necessidade de salvaguarda das pessoas e bens. - Considerando que já há bastante tempo a coligação “Sentir Vila do Conde” através do signatário, abordou a problemática do parque arbóreo do Concelho. - Considerando a queda recente em pleno centro de Vila do Conde de uma árvore, recomenda-se que a Câmara Municipal de Vila do Conde, efectue um estudo aprofundado sobre o parque arbóreo de Vila do Conde, nomeadamente, aquele que está junto dos espaços públicos e de fruição pública, efectuando, para tal, um protocolo com uma entidade de reconhecido mérito e conhecimento na matéria.”----

Posteriormente, conforme deliberado, o Senhor Vereador Engenheiro António Caetano entregou a seguinte informação: “A queda recente de uma árvore no topo norte do parque de jogos, corresponde ao desfecho de um assunto, há muito acompanhado, pelos Serviços de Jardins do Município, relativo a um exemplar de Pinus Pinea perfeitamente identificado e caracterizado, que pela sua localização, idade e simbolismo que tinha adquirido em plena curva do “S”, a Autarquia quis manter enquanto foi possível. Extrapolar daqui para outro tipo de análise ou

abordagem, relativo ao parque arbóreo de Vila do Conde, parece-me excessivo e extemporâneo. Ainda assim, informa-se que o Município dispõe de uma vasta informação relativa aos espaços verdes urbanos da Cidade, nas vertentes georeferenciação e caracterização, usando para o efeito o sistema de informação geográfico disponível nos Serviços Técnicos.”-----

----O Vereador Doutor Afonso Ferreira solicitou esclarecimentos sobre a nova via, à entrada de Mindelo e junto à Qimonda, referindo que gostava de ver o projecto, bem como sobre as obras que estão a decorrer na marginal de Vila Chã numa altura imprópria. O Senhor Presidente disse que iria ser disponibilizado o projecto da Via Espaço Natureza que liga ao Lugar da Gândara Nova em Mindelo e que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte já se comprometeu a que futuramente todas as intervenções na zona costeira deverão estar concluídas até quinze de Maio do respectivo ano.-----

--Dois - Período da Ordem do Dia-----

----UM. ACTA-----

-----a) Acta da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada em seis de Junho corrente. O Senhor Presidente alertou para o facto de as designadas “declarações” dos Vereadores Doutor Pedro Brás Marques na alínea a) do ponto quatro e Doutor Miguel Paiva nas alíneas b), b) e a) dos pontos sete, nove e doze respectivamente, não terem sido feitas após a votação, como declarações de voto, mas sim no período de discussão que antecedeu as votações, pelo que devem ser aí mencionadas de forma apropriada para reflectirem o seu sentido. Para o futuro deve o Senhor Director do Departamento Administrativo e Financeiro verificar a forma correcta e legal como o teor desse tipo de Declarações deve ser mencionado nas actas. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, analisar em próxima reunião.-----

----DOIS. ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA-----

-----a) Ofício número duzentos e sessenta e oito barra noventa e sete traço JM, de seis do mês em curso, da Área Metropolitana do Porto, a remeter, para conhecimento, documento da Associação Comercial do Porto, sobre a sua posição pública intitulada “Os aeroportos de Portugal”. A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----b) Ofício da Cooperativa Agrícola de Vila do Conde, datado de cinco de Junho corrente, a remeter o Relatório de Gestão e Contas de dois mil e seis e a agradecer todo o apoio e confiança demonstrados ao longo do ano. A Câmara Municipal tomou

conhecimento.-----

----TRÊS. FUNDO DE MANEIO-----

-----a) Proposta do Director de Departamento, Doutor Nuno Castro, relativa a constituição de fundo de maneiio para o CMIA - Centro de Monitorização e Informação Ambiental - Valor: duzentos e cinquenta euros, do teor seguinte: "Considerando o regulamento existente para a constituição de fundos de maneiio; Considerando ser necessária a constituição de um Fundo de Maneio para o CMIA - Centro de Monitorização e Informação Ambiental de Vila do Conde; Considerando que o regulamento existente no seu ponto três ponto dezasseis prevê a possibilidade de criação e constituição de um fundo de maneiio para «Aquisição de consumíveis e reagentes, por forma a assegurar, em tempo útil, a obtenção de resultados na avaliação físico química e microbiológica das águas costeiras balneares, em especial, os parâmetros relativos à classificação das praias e realizar campanhas analíticas para avaliar a qualidade das areias das zonas balneares, em especial, os parâmetros microbiológico e micológico». Propõe-se que, nos termos e para os fins referidos no ponto três ponto dezasseis do Regulamento Municipal dos Fundos de Maneio em vigor, o executivo municipal, no uso de competência própria, aprove a constituição de um fundo de maneiio para o CMIA - Centro de Monitorização e Informação Ambiental de Vila do Conde, até ao limite de duzentos e cinquenta euros." A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a constituição do fundo de maneiio em referência.-----

----QUATRO. SELAGEM DE ELEVADOR-----

-----a) Informação/Proposta do Jurista Alberto Laranjeira, relativa a selagem de elevador, do teor seguinte: "Um. A Administração do Condomínio do Edifício, em propriedade horizontal, sito no número vinte e um da Rua Dom Dinis, em Vila do Conde, solicita a imobilização de um dos elevadores existentes naquele; Dois. Pretende com o pedido evitar a utilização de um dos elevadores, que não apresenta condições de segurança necessitando de reparação urgente, que por ser excessivamente dispendiosa não pode ser feita de imediato; Três. A selagem ou imobilização deste tipo de instalações é competência da Câmara Municipal, nos termos do artigo décimo primeiro do Decreto-Lei número trezentos e vinte barra dois mil e dois, de vinte e oito de Dezembro; Quatro. Como na situação concreta estamos perante uma "paragem" por tempo indeterminado, até que haja possibilidades económicas para a reparação, parece-nos que se deve selar a instalação; Cinco. A selagem deve fazer-se por meio de selos de chumbo e fios metálicos ou outro

material adequado, sendo do facto dado conhecimento ao proprietário e à EMA (Empresa de Manutenção de Ascensores) respectiva; Seis. Após a selagem, a instalação não pode ser posta em serviço sem inspecção prévia que verifique as condições de segurança; Sete. Assim, propõe-se que nos termos do número um do artigo décimo primeiro do Decreto-Lei número trezentos e vinte barra dois mil e dois, de vinte e oito de Dezembro, a Câmara Municipal delibere selar o elevador número dois do edifício em propriedade horizontal do Edifício sito no número vinte e um da Rua Dom Dinis, em Vila do Conde, solicitando no âmbito do contrato de prestação de serviço celebrado com o ISQ (Instituto da Soldadura e Qualidade), que esta entidade execute as tarefas de selagem.” Despacho do Senhor Presidente do teor seguinte: “Concordo. Proceda-se conforme o sugerido, de imediato, face à urgência da situação, sendo depois presente à reunião do executivo municipal.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho.-----

#### ----CINCO. DESISTÊNCIA DE REALOJAMENTO-----

-----a) Declaração de Isabel Castro Reis, residente na Rua de São Sebastião, número cinquenta e um, na freguesia de Azurara, concelho de Vila do Conde, inscrita do Programa Especial de Realojamento, com o número de matrícula um três um seis ponto zero zero cinco ponto zero zero zero um ponto um, a comunicar que, após ter tomado conhecimento da atribuição de uma habitação de tipologia T um, sita no Empreendimento Cidade Nova, freguesia e concelho de Vila do Conde, não está interessada em ser realojada no âmbito do referido Programa. A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

#### ----SEIS. REALOJAMENTO DE FAMÍLIA-----

-----a) Proposta da Técnica Superior de Serviço Social, Irene Baptista, relativa a realojamento da família de Maria Assunção Malheiro dos Santos, do teor seguinte: “No dia quatro de Junho próximo passado deflagrou um incêndio na habitação arrendada a Maria Assunção Malheiro dos Santos, na Rua de Passos, noventa e cinco, freguesia de Modivas, tendo destruído por completo o fogo bem como todo o recheio. O agregado familiar que lá residia é constituído por cinco pessoas, a saber: - Maria Assunção Malheiro dos Santos, com sessenta e sete anos, reformada; - Fernando António Santos Arezes, filho, com quarenta e um anos, servente; - Regina Silva Arezes, nora, com trinta e seis anos, operária desempregada; - Adélia Silva Arezes, neta, com dezassete anos, estudante; - Tatiana Silva Arezes, neta, com seis anos. Como o alojamento ficou em ruínas, a família pernoitou em casa de amigos e familiares, tendo esta sido uma solução de recurso e provisória, tornando-se

necessário providenciar o realojamento da mesma em condições de conforto e que permita a unidade familiar. Assim e tendo em consideração que esta é uma família que não tem recursos que lhe permita resolver a situação por si só, que no empreendimento da freguesia de Modivas, construído ao abrigo do Programa Especial de Reajuntamento, existem fogos vagos com a dimensão adequada a esta família, propõe-se o realojamento de imediato num fogo tipo T três daquele empreendimento. Importa referir que esta família não se encontra incluída no Programa Especial de Reajuntamento, pelo que será necessário dar conhecimento ao Instituto Nacional de Habitação, para que seja feita a substituição desta família por outra que já resolveu o seu problema habitacional fora do âmbito do programa. A família a substituir é a do Chefe de Família Vítor Gomes Teixeira, com o número de matrícula um três um seis ponto zero um oito ponto zero zero zero três ponto dois." Despacho do Senhor Presidente do teor seguinte: "Concordo; proceda-se conforme. À reunião para ratificação." A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho.-----

----SETE. DENÚNCIA DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO-----

-----a) Informação da Técnica Superior de Serviço Social, Cláudia Reina, relativa a habitação social de Vila Chã, Vila do Conde - entrega de chaves, do teor seguinte: "Enquanto técnica de Serviço Social que acompanha o bairro supra citado, venho por este meio confirmar que a Dona Carla Sofia Rego Gonçalves Silva foi realojada e vivia com o seu marido no empreendimento social do Bairro do Facho, Rua do Juncal, casa noventa e seis, em Vila Chã, Vila do Conde, desde um de Maio de dois mil e seis, e que denunciou o respectivo contrato de arrendamento, tendo entregue a chave deste fogo em dezoito de Abril deste ano. O respectivo fogo encontra-se em bom estado de conservação, sem nenhuma anomalia ou sinal de má utilização." A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

--Três - Período de Depois da Ordem do Dia-----

----Não se registou qualquer intervenção, por não estar presente nenhum munícipe.--

-----Finalmente foi deliberado, por unanimidade:-----

-----a) Aprovar a minuta da acta da presente reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.-----

----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião pelas dezasseis horas e cinquenta minutos.-----

----E eu, *Rosa Salgueira Carvalho do Bonifácio Ribeiro*, Chefe de Repartição

